



CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 455/2017

ASSISTENTE DE ALUNOS / GERAL

PROVA OBJETIVA

Leia com atenção as Instruções

1. Você recebeu do fiscal um **cartão de respostas da prova objetiva** e este **caderno de questões** que contém **60 (sessenta) questões objetivas**.
2. É sua responsabilidade verificar se o nome do cargo informado neste **caderno de questões** corresponde ao nome do cargo informado em seu **cartão de respostas**.
3. Você dispõe de **4 (quatro) horas** para realizar a prova, incluindo o preenchimento do **cartão de respostas**.
4. Somente depois de decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá retirar-se da sala de prova em caráter definitivo, obrigatoriamente entregando ao fiscal de sala todo o material de prova recebido.
5. Somente será permitido ao candidato levar seu **caderno de questões** quando faltar uma hora para o término do tempo estabelecido para a prova.
6. É terminantemente vedado copiar respostas, em qualquer fase do concurso público.

7. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão ser liberados juntos.

8. Se você precisar de algum esclarecimento, consulte o fiscal.

Somente após autorização para o início da prova:

1. Verifique, neste **caderno de questões**, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
2. Verifique, no **cartão de respostas**, se existem espaços suficientes para a marcação das respostas de todas as **questões objetivas** existentes neste caderno de questões.
3. Transcreva a frase abaixo, utilizando letra cursiva, no espaço reservado no seu **cartão de respostas**.

"O maior perigo que se corre em uma viagem, é ela não começar." Amyr Klink

Cronograma Previsto - Prova Objetiva

Atividade	Início	Término
Publicação das Provas Objetivas - Internet	11/12/2017	
Publicação dos gabaritos preliminares das Provas Objetivas - Internet		
Interposição de Recurso contra os gabaritos preliminares das Provas Objetivas - Internet	12/12/2017	14/12/2017

Consulte o cronograma completo em <http://concursos.pr4.ufrj.br>

LINGUA PORTUGUESA

DISCRETA PRIMAVERA

Fernanda Torres

As petições pululam na tela do computador. Assino, assino todas elas. Peço a demarcação das terras indígenas, a liberação do aborto e a descriminalização das drogas. Grito contra o trabalho escravo, o preconceito racial e de gênero; tento melar o emprego indiscriminado de agrotóxicos, frear o degelo das calotas polares, o desmatamento e a destruição dos corais da Amazônia. Clamo pelo fim da guerra na Síria, da corrupção e do foro privilegiado; exijo a reforma política; voto pela proteção dos micos-leões e falho com os ursos-polares.

E, em meio ao acúmulo de urgências, ao imenso ruído do planeta, vacilo entre a paralisia e a ação. Entre o engajamento e a reflexão no silêncio. Entre ser e não ser.

Quem É Primavera das Neves?, documentário de Jorge Furtado e Ana Luiza Azevedo, toca em cheio na histeria do agora, sem falar diretamente dela.

Primavera Ácrata Saiz das Neves é uma mulher que enfrentou o açoite e os insultos do mundo, a afronta do opressor, o desdém do orgulhoso, as pontadas do amor humilhado, as delongas da lei, a prepotência do mando e o achincalhe do século XX.

Filha de pai anarquista e mãe sufragista, fugidos das ditaduras de Franco e Salazar, ela cresceu no Catete do pós-guerra, estudou no Liceu e dominou seis línguas. Casou-se com um tenente português e retornou para o Brasil em 1964, sozinha, com uma filha pequena. O marido permaneceu em Lisboa, condenado à prisão por ter participado da mal-sucedida Revolta da Beja.

Em meio à insensatez e às injustiças de seu tempo, Primavera dedicou a vida à amizade, à maternidade, ao amor e à arte. Foi íntima e discreta, e nem por isso mesquinha, pequena ou indiferente.

Traduziu Lewis Carroll, Vladimir Nabokov, Arthur C. Clarke e Emily Dickinson, Simenon e Julio Verne. Foi poeta, mãe, mulher, amiga e adoradora de Wagner; influenciou de forma profunda os que a conheceram, mas teve uma vida invisível. Morreu aos 47 anos.

Teria permanecido anônima, não fosse a obstinação de arqueólogo de Furtado e Azevedo, que, intrigados com o nome da tradutora de Alice no País das Maravilhas, desencavaram sua preciosa história.

Eulalie, a amiga saudosa, que sempre admirou a personalidade livre e contemporânea de Primavera, jamais percebeu nela a vontade de se promover — é o verbo que usa: promover.

Hoje, estamos todos em promoção, gritando a esmo, como numa liquidação de Natal.

O século XXI promove revoluções movidas a likes. Não diminuiu a importância das petições que, reitero, assino convicta. Mas o milênio que se inicia também produziu uma perturbadora pornografia do ego, do exibicionismo das selfies; o bestialógico da multiplicação de blogueiros e a brutalidade travestida de diversão dos realities. Um confessorário a céu aberto, onde todos, e cada um, têm o quinhão de narcisismo preenchido pela publicação de seu diário de bordo.

Primavera era em tudo o contrário. Apesar das perseguições que testemunhou e sofreu, da inteligência e

sensibilidade que possuiu, nunca se impôs ao mundo, ou impôs o seu mundo aos demais.

A ela, bastava ser — qualidade cada vez mais rara de ver, ter e encontrar.

Fonte: <http://vejario.abril.com.br/blog/fernanda-torres/discreta-primavera/>

- O texto “Discreta Primavera”, de Fernanda Torres, é uma crônica. Assinale a alternativa em que há uma característica desse gênero textual.
 - A) Apresenta linguagem formal.
 - B) Há predomínio de termos denotativos.
 - C) Aborda aspectos da vida social e cotidiana.
 - D) Apresenta marcas de objetividade.
 - E) Aborda aspectos fictícios.
- Uma figura de linguagem marcante nesse gênero textual é a:
 - A) ironia.
 - B) metonímia.
 - C) metáfora.
 - D) sinestesia.
 - E) aliteração.
- Em relação ao foco da narrativa do texto, pode-se afirmar que o narrador é:
 - A) onisciente.
 - B) protagonista.
 - C) coadjuvante.
 - D) observador.
 - E) intérprete.
- Em “As petições **pululam** na tela do computador”, um sinônimo para o verbo em destaque é:
 - A) pulam.
 - B) negligenciam.
 - C) imergem.
 - D) doem.
 - E) brotam.
- Assinale a alternativa que substitui o conectivo em destaque sem prejuízo de sentido. “voto pela proteção dos micos-leões e falho com os ursos-polares”.
 - A) Mas também.
 - B) Por isso.
 - C) Quando.
 - D) Mas.
 - E) Além disso.
- “Primavera Ácrata Saiz das Neves é uma mulher que enfrentou o **açoite** e os insultos do mundo (...)”. Um sinônimo para a palavra em destaque é:
 - A) castigo.
 - B) sofrimento.
 - C) machismo.
 - D) asilo.
 - E) empoderamento.
- Em “tento melar o emprego indiscriminado de agrotóxicos, frear o degelo das calotas polares”(…) há uma oração subordinada:
 - A) adjetiva.
 - B) adverbial.
 - C) predicativa.
 - D) reduzida.
 - E) substantiva.

8. “(...) **toca** em cheio na histeria do agora, sem falar diretamente dela”. O verbo que substitui aquele em destaque é:
- conseguir.
 - ancorar.
 - atingir.
 - abalar.
 - estimular.
9. Ao narrar e descrever a vida de Primavera Ácra-ta Saiz das Neves, no intuito de definir um limite entre a descrição e a possibilidade que temos agora de nos promover, o autor faz uso de elementos linguísticos da:
- exemplificação.
 - comparação.
 - entonação.
 - abdução.
 - entoação.
10. “Filha de pai anarquista e mãe **sufragista** (...)” a palavra em destaque se refere a:
- voto.
 - escolha.
 - desigualdade.
 - arbítrio.
 - opinião.
11. As palavras “delongas” e “achincalhe” significam, respectivamente:
- procrastinação / chacota.
 - Chacota / atraso.
 - Perdão / procrastinação.
 - Humilhação / espaçamento.
 - Espaçamento / perdão.
12. Em “Eulalie, a amiga saudosa, **que** sempre admirou a personalidade livre e contemporânea de Primavera (...)”, a palavra destacada é:
- aposto.
 - pronome relativo.
 - pronome apassivador.
 - vocativo.
 - conjunção integrante.
13. “O **século XXI** promove revoluções movidas a likes”. A palavra em destaque é um:
- numeral.
 - coletivo.
 - pronome.
 - adjetivo.
 - substantivo.
14. É correto afirmar que o estrangeirismo empregado no texto se refere a:
- promover.
 - criticar.
 - ser.
 - impor.
 - testemunhar.
15. Assinale a alternativa que contém uma crítica à sociedade atual.
- Mas teve uma vida invisível. Morreu aos 47 anos.
 - E nem por isso mesquinha, pequena ou indiferente.
 - Em meio à insensatez e às injustiças de seu tempo.
 - Estamos todos em promoção, gritando a esmo, como numa liquidação de Natal.
 - Primavera era em tudo o contrário.
16. Em “Primavera era em tudo o contrário. **Apesar** das perseguições que testemunhou e sofreu”, a palavra em destaque insere uma:
- comparação.
 - explicação.
 - concessão.
 - oposição.
 - alternativa.
17. Assinale a alternativa que classifica corretamente o termo em destaque em “Casou-**se** com um tenente português”.
- Partícula apassivadora.
 - Pronome reflexivo.
 - Índice de indeterminação.
 - Conjunção integrante.
 - Dêitico.
18. No fragmento extraído do texto “influenciou de forma profunda **os** que a conheceram, mas teve uma vida invisível”. O termo em destaque é:
- artigo definido.
 - pronome oblíquo.
 - pronome demonstrativo.
 - artigo neutro.
 - pronome possessivo.
19. “Eulalie, a amiga saudosa, que sempre admirou a personalidade livre e contemporânea de Primavera (...)”. O termo entre vírgulas é um(a):
- vocativo.
 - oração intercalada.
 - adjetivo.
 - oração adjetiva.
 - aposto.
20. Quanto à sintaxe da oração “O século XXI **promove revoluções movidas a likes.**” é correto afirmar que o predicado em destaque é:
- verbo-nominal.
 - verbal.
 - simples.
 - nominal.
 - composto.

LEGISLAÇÃO

21. João Vicente, servidor federal, investido no cargo efetivo de professor da UFRJ há 1 (um) ano, encaminhou ao Setor de Recursos Humanos requerimento para concessão de licença por motivo de afastamento de seu cônjuge, que foi deslocado para outro ponto do território nacional. Entretanto, seu pedido foi negado, sob a alegação de que o servidor se encontra em estágio probatório.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o motivo alegado pela Administração Pública:

- A) não procede, pois a lei permite a concessão de tal licença ao servidor em estágio probatório, pelo prazo máximo de 6 (seis) meses e com remuneração.
- B) não procede, pois a lei permite que ao servidor em estágio probatório seja concedida licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, por prazo indeterminado e sem remuneração.
- C) não procede, pois a lei permite a concessão de tal licença ao servidor em estágio probatório, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos e com remuneração.
- D) procede, pois a lei não permite a concessão de tal licença a servidor em estágio probatório.
- E) não procede, tendo em vista que o servidor, investido no cargo efetivo de professor há 1 (um) ano não se encontra mais em estágio probatório.
- 22.** Sobre o vencimento e a remuneração do servidor público federal, de acordo com a Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que:
- A) o servidor não perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, ainda que sem motivo justificado.
- B) o vencimento e a remuneração podem ser objeto de penhora, em qualquer hipótese.
- C) as faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata do servidor, no entanto, não serão consideradas como efetivo exercício.
- D) remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- E) qualquer desconto pode incidir sobre a remuneração do servidor, ainda que não haja imposição legal ou mandado judicial.
- 23.** José Marcos, servidor público federal, investido no cargo efetivo de Economista da UFRJ há 7 (sete) anos, promoveu manifestação de desapeço no recinto da repartição, fato que ensejou a instauração de processo administrativo disciplinar.
- Nos termos da Lei nº 8.112/1990, considerando que o servidor não é reincidente, é correto afirmar que a pena a ser aplicada é de:
- A) demissão.
- B) suspensão por 30 (trinta) dias.
- C) suspensão por 90 (noventa) dias.
- D) advertência.
- E) exoneração.
- 24.** De acordo com a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:
- A) não se subordinam ao regime dessa lei os órgãos públicos integrantes da administração direta do Poder Executivo.
- B) para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.
- C) o órgão ou entidade pública não é obrigado a autorizar o acesso imediato à informação disponível.
- D) podem ser estabelecidas exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- E) subordinam-se ao regime dessa lei as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- 25.** Nos termos do Decreto nº 1.171/1994, são deveres do servidor público, **EXCETO**:
- A) ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- B) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- C) exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
- D) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.
- E) manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição.
- 26.** “A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. É um procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados a possibilidade de formularem propostas, dentre as quais selecionará a mais conveniente para a celebração do contrato.” (Di Pietro, 2009, p. 350).
- De acordo com a Lei nº 8.666/1993, é correto afirmar que:
- A) subordinam-se ao regime da Lei nº 8.666/1993 somente os órgãos da administração direta.
- B) as obras, os serviços, inclusive os de publicidade, as compras, as alienações, as concessões, as permissões e as locações da administração pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.
- C) subordinam-se ao regime da Lei nº 8.666/1993 somente as autarquias e as fundações públicas.
- D) tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
- E) o procedimento licitatório previsto na Lei nº 8.666/1993 não caracteriza ato administrativo formal, ainda que seja praticado na esfera da Administração Pública.
- 27.** De acordo com a Lei nº 9.784/1999, nos processos administrativos serão observados os seguintes critérios, **EXCETO**:
- A) atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- B) objetividade no atendimento do interesse público, permitida a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- C) divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.
- D) indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.
- E) observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados.

28. “O título I da Constituição brasileira de 1988, composto por quatro artigos, é dedicado aos princípios fundamentais do Estado brasileiro. O nosso constituinte utilizou essa expressão genérica para traduzir a ideia de que nesses primeiros quatro artigos já se estabelecem a forma do nosso Estado e de seu governo, proclama-se o regime político democrático fundado na soberania popular e institui a garantia da separação de funções entre os poderes. Também neles encontram-se os valores e os fins mais gerais orientadores de nosso ordenamento constitucional, funcionando como diretrizes para todos os órgãos mediante os quais atuam os poderes constituídos.” (Paulo e Alexandrino, 2008, p. 83).

Nos termos da Constituição Federal de 1988, sobre os princípios fundamentais, é correto afirmar que:

- A) são poderes da União, dependentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
 - B) a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da proibição de asilo político.
 - C) a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da intervenção.
 - D) a República Federativa do Brasil tem como fundamento o pluralismo político.
 - E) constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalidade e reduzir somente as desigualdades regionais.
29. Ana Beatriz, servidora pública federal, investida no cargo de Contadora da UFRJ há 4 (quatro) anos, auferiu vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo, cometendo, portanto, ato de improbidade administrativa. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o ato de improbidade administrativa cometido pela servidora poderá imputar:
- A) na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
 - B) apenas na suspensão dos direitos políticos e na indisponibilidade dos bens.
 - C) apenas no ressarcimento ao erário público.
 - D) no afastamento da função pública por 30 (trinta) dias, com remuneração.
 - E) no afastamento da função pública por 60 (sessenta) dias, sem remuneração.
30. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Art. 205, Caput, da Constituição Federal de 1988).

Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- A) o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público não importará responsabilidade da autoridade competente.
- B) as universidades não gozam de autonomia administrativa, tampouco de gestão financeira e patrimonial.
- C) não é facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.
- D) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito não é direito público subjetivo.
- E) as universidades obedecerão ao princípio de indisociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A fim de colaborar com o clima de segurança necessário ao ambiente escolar, o assistente de alunos deve tomar ciência que a violência não se reduz a atos físicos, visíveis aos nossos olhos, mas também é produzida nas ações discriminadoras, de desrespeito e de humilhação, nem sempre reconhecidas como violentas. Todas estas formas de violência deixam marcas e influenciam no desenvolvimento dos estudantes. Esses processos nos desafiam a elaborar uma prática de reflexão e ação. Pensando a partir dessa perspectiva, o assistente de aluno deve:

- A) utilizar sempre atitudes punitivas na relação com os estudantes.
 - B) utilizar-se da formação de pequenos grupos homogêneos nas horas de livre convivência dos estudantes, impedindo que se misturem e possibilitando que convivam somente com seus iguais.
 - C) compreender que o problema da violência existe, mas que ele é complexo, multifacetado, ambíguo e polissêmico e que cada caso precisa ser visto de forma individual.
 - D) usar uma linguagem ameaçadora na relação com os estudantes, fazendo valer sempre sua autoridade.
 - E) considerar que a violência é um fenômeno homogêneo, ou seja, ela acontece na escola sempre pelos mesmos motivos.
32. A ética está diretamente relacionada a alguns pressupostos: a justiça, a solidariedade, o respeito mútuo e o diálogo são alguns deles. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, “a ética é um eterno pensar, refletir, construir” (Brasil, 1998, p. 24). A partir do texto exposto, pode-se afirmar que:
- A) a escola pública pode incentivar atitudes de solidariedade somente junto àqueles que considera merecedores de sua confiança.
 - B) deve-se estimular os estudantes a assumirem posições, segundo seu próprio juízo de valor, sem considerar os pontos de vista discordantes.
 - C) a escola pública deve estimular atitudes de competição; de acordo com essa visão, a vantagem está em primeiro lugar.
 - D) a escola pública deve estimular os estudantes a construírem uma imagem positiva de si mesmos, de modo a fazê-lo sobressair dos demais, pela autoconfiança demonstrada.
 - E) a escola pública em sua diversidade cultural, étnica, religiosa, sexual e social pode proporcionar o exercício da solidariedade ao assumir um lugar de comprometimento com esta diferença.

33. Hoje já é evidente que a contribuição da escola não está exclusivamente relacionada ao saber científico. Sabe-se que a produção de conhecimentos na escola está relacionada ao reconhecimento das diferenças culturais e que por meio dessas diferenças conhecemos a história, a cultura e a ideologia de um país, lugar, grupo ou sociedade. Com isso, aprende-se a respeitar o que é “diferente”, evitando atos de preconceito. Para que isso se concretize, é necessário que a escola pense seus objetivos considerando:

- A) que a sua função social está para além da mera produção de conhecimentos técnicos e científicos, levando em conta o contexto social dos estudantes.

- B) a elaboração de conteúdos específicos voltados ao reforço do ensino de linguagem e da matemática para atender ao mundo do trabalho.
- C) a garantia do acesso à escola por meio de cotas sociais baseadas no mérito.
- D) a garantia de que os conteúdos curriculares priorizem o ensino de ciências e suas conexões com a vida prática do aluno.
- E) ações voltadas para a universalização do acesso aos conhecimentos científicos, sem considerar o contexto social dos estudantes.

34. De acordo com os artigos 15 e 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”.

O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- A) I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II - opinião e expressão; III - vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI - participar da vida política, na forma da lei; VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.
- B) I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II - opinião e expressão; III - crença e culto religioso; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI - participar da vida política, na forma da lei; VII - vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- C) I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II - opinião e expressão; III - crença e culto religioso; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI - contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias superiores; VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.
- D) I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II - opinião e expressão; III - crença e culto religioso; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI - participar da vida política, na forma da lei; VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.
- E) I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II - opinião e expressão; III - Participar da definição e elaboração da proposta curricular do município; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V - contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias superiores; VI - participar da vida política, na forma da lei; VII - vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

35. Muitas vezes os jovens nas instituições escolares são reduzidos a estereótipos que são construídos em relação a ele e que podem promover conflitos entre estes e o mundo adulto, representado por direção, professores e funcionários da

escola, bem como entre os próprios jovens. Quando os indivíduos são reduzidos aos estereótipos, a sociedade constrói teorias ou ideologias para explicar essa diferença e justificar a discriminação. Fixa-se uma imagem social do outro que ao ressaltar a diferença o transforma em problema social que assusta e incomoda. Isto acaba por justificar agressões e desrespeito ao outro.

É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro o seu direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais. Para isso, há leis e estatutos que asseguram estes direitos.

O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) é destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Marque a opção que está em **DESACORDO** com o que este Estatuto considera.

- A) Discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.
 - B) Desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
 - C) Desigualdade de gênero e raça: simetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.
 - D) Políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais.
 - E) Ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.
36. “No paradigma da inclusão, à sociedade cabe promover as condições de acessibilidade, a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viverem de forma independente e participarem plenamente de todos os aspectos da vida. Nesse contexto, a educação inclusiva é compreendida como um direito incondicional, que não pode ser cerceado por razão alguma e indisponível porque ninguém pode dele dispor. Este princípio conduz, neste início de milênio, o debate sobre os rumos da educação especial, cuja ressignificação gera reconhecidas mudanças nas políticas de formação, de financiamento e de gestão, necessárias para assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem a todos os estudantes. [...] É no bojo de tais transformações, suscitadas por esse novo marco teórico e organizacional instaurado pela CDPD (ONU, 2006), que foi gestada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também denominada Esta-

tuto da Pessoa com Deficiência, a fim de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e sua cidadania.”

(SANTOS, Martinha Clarete Dutra dos. Do Direito à Educação. In: SETUBAL, Joyce Markezim; FAYAN, Regiane Alves Costa (orgs.). **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência comentada**. Campinas: Fundação FEAC, 2016).

O artigo 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I. o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.

II. o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena.

III. o projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.

IV. a oferta de educação bilíngue, em Libras como segunda língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como primeira língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.

V. a adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino.

É correto o que se afirma em:

- A) I, II, III e IV
- B) I, III e IV
- C) II, III, IV e V
- D) I, III, IV e V
- E) I, II, III e V

37. A redação do artigo 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispõe que o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão. Este artigo é composto por quatro itens. A partir desta informação, marque a opção que **NÃO** faz parte do artigo 32.

- A) A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.
- B) Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.
- C) O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.
- D) O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

E) O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

38. A função de assistente de alunos e a sua relação com os outros atores educacionais deve ser pensada, na atualidade, numa perspectiva de interação de toda a equipe, tendo como elemento mobilizador os educandos e seu cotidiano na escola. A partir desta frase, pode-se afirmar que o assistente de alunos:

- A) deve ser uma figura fiscalizadora do trabalho de todos.
- B) não pode ser considerado um membro da equipe pedagógica da escola.
- C) participa de diferentes atividades pedagógicas, e atua como um sujeito ativo no processo de construção de conhecimentos por parte dos estudantes.
- D) não deve organizar situações que promovam o diálogo ou a reflexão.
- E) deve construir, por meio de estratégias de vigilância, uma proposta de trabalho autoritária.

39. “No livro *O Mundo como Vontade e Representação*, o filósofo Arthur Schopenhauer (1788-1860) propõe uma metáfora interessante sobre as relações humanas. Ele conta que um grupo de porcos-espinhos perambulava num dia frio de inverno. Para não congelar, chegavam mais perto uns dos outros. Mas, no momento em que ficavam suficientemente próximos para se aquecer, começavam a se espetar com seus espinhos. Então se dispersavam, perdiam o benefício do convívio próximo e recomeçavam a tremer. Isso os levava a buscar novamente companhia e o ciclo se repetia na luta para encontrar uma distância confortável entre o emaranhamento e o congelamento. Adolescentes não são porcos-espinhos, mas experimentam, na puberdade, uma condição que os aproxima dos mamíferos descritos por Schopenhauer: a convivência em um grupo. Afinal, ao fazer parte de uma reunião de pessoas que têm algo em comum, o jovem consegue “calor” na forma de aceitação e acolhimento. Ao mesmo tempo, precisa se defender dos “espinhos”, posicionamentos que se chocam contra a sua individualidade e podem degenerar em preconceito e agressividade”.

MARTINS, Ana Rita. Revista Nova Escola Abril, 2010.

A adolescência é caracterizada por inúmeros elementos, dos quais pode-se considerar:

I. a perda do corpo infantil, dos pais da infância e da identidade infantil.

II. a reorganização de novas estruturas e estados de mente.

III. a entrada na fase oral.

IV. a apropriação do novo corpo; a vivência de uma nova etapa do processo de separação-individuação.

V. a construção de novos vínculos com os pais, caracterizados por menor dependência e idealização.

É correto o que se afirma em:

- A) I, II, III e IV
- B) I, III e IV
- C) II, III e V
- D) I, II, IV e V
- E) I, III, IV e V

40. Na escola, os trabalhadores da educação são responsáveis pela organização e execução das atividades escolares dos educandos. Eles organizam disciplinas e matérias do currículo e dessa forma determinam quais são os espaços e os componentes físicos, como as edificações, os equipamentos e o mobiliário, que serão necessários à realização do currículo. A partir dessa afirmação, **NAO** é correto afirmar que:

- A) há vínculos diretos entre as ações dos trabalhadores da educação e dos educandos e o espaço da escola.
- B) os vínculos entre as atividades e os espaços escolares mudam com a história da educação, à medida que se executam os planos escolares e, especialmente, quando se adotam novas maneiras de educar.
- C) os ambientes são criados ou recriados pela ação dos trabalhadores da educação e educandos, que procuram dar sentido às suas atividades.
- D) à palavra escola podemos associar diversas imagens, por exemplo: o edifício escolar, em geral um prédio com características próprias; e, um conjunto de atividades com uma só finalidade – a educação de pessoas para a vida em sociedade.
- E) os espaços e os componentes físicos, os equipamentos e o mobiliário, que serão necessários à realização do currículo não precisam ser levados em conta num projeto de escola.

41. O campo das relações humanas no trabalho vive, na contemporaneidade, uma mudança de perspectiva. O foco anteriormente dado às habilidades e talentos individualistas passa, progressivamente, a dirigir-se para o desenvolvimento da integração interpessoal, de modo que o ambiente de cooperação coletiva vise ao crescimento do grupo de trabalhadores e trabalhadoras. Contribuem para tal perspectiva as seguintes ações, **EXCETO**:

- A) o estabelecimento de normas de condutas e sanções bem definidas a serem cumpridas pelo corpo de trabalhadores como principal forma de garantir o bom convívio na coletividade.
- B) a promoção de atividades que projetem o autoconhecimento do grupo e a aposta na atualização das diferenças individuais, tais como dinâmicas interpessoais desenvolvidas em equipe.
- C) o investimento nas habilidades necessárias ao trabalho em conjunto que aproveite e multiplique os talentos individuais em projetos compartilhados pelo grupo.
- D) a ênfase no conteúdo das tarefas a serem desempenhadas pelo indivíduo no campo de trabalho e o compartilhamento de seus saberes e práticas com o coletivo.
- E) o desenvolvimento de formas de interação compatíveis com uma ampliação quantitativa e qualitativa de cognições, afetos e condutas nas relações interpessoais.

42. Leia atentamente os textos a seguir para responder à questão.

TEXTO I

“Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.”

Fonte: Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

TEXTO II

“[...] Hoje, com a progressiva expansão da escolarização, percebe-se que, mais do que ser instruída por professores, a população precisa ser educada por educadores, compreendendo-se que todos os que têm presença permanente no ambiente escolar, em contato com os estudantes, são educadores, independentemente da função que exercem.

Nesse cenário, merendeiras precisam, também, cuidar da educação alimentar, bibliotecários, ajudar na construção do hábito da leitura e da educação literária, secretários devem colaborar com o processo avaliativo do ensino e da aprendizagem, configurando-se a instituição de novas identidades funcionais.” (BRASIL, 2004, p. 16).

Fonte: Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários da escola. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/em_cena.pdf

Tomando-se como base o exposto nos textos I e II, é correto afirmar que:

- A) ainda que seja desejável a participação de todos os agentes do espaço escolar na ação formativa e educativa dos estudantes, cabe somente aos docentes a sua formação pedagógica por meio dos conteúdos curriculares.
- B) o aproveitamento da vivência e experiência prática de todos os trabalhadores e trabalhadoras da escola é obrigatório por lei, prevendo-se a inserção de tais saberes no currículo do Ensino Básico e sendo desejável o protagonismo desses agentes no processo formativo de crianças e jovens.
- C) a participação da comunidade escolar e local no conselho escolar é necessária, sendo uma obrigatoriedade a proporcionalidade equilibrada de docentes, funcionários, estudantes e responsáveis entre os membros conselheiros.
- D) os conhecimentos prático-utilitários do cotidiano dos funcionários da escola são considerados como matéria educativa para a formação cidadã dos estudantes, mas devem ser ensinados exclusivamente pelos docentes.
- E) cabe à comunidade local uma posição central no processo educacional dos estudantes e ao corpo técnico-pedagógico da escola um papel coadjuvante, do contrário não será garantida a efetiva democratização da escola.

43. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, no que dispõe sobre a organização da Educação Básica, estabelecem-se como critérios de verificação do rendimento escolar os seguintes itens, **EXCETO**:

- A) a possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar.
- B) a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado.
- C) a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
- D) o aproveitamento de estudos concluídos com êxito.
- E) a obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.
- 44.** Quanto ao Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, é correto afirmar que:
- A) fica garantido o direito à saúde, em que pesam as ações desenvolvidas pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra na garantia do direito de acesso ao serviço prestado pelo Serviço Único de Saúde indiscriminadamente por critério de cor, raça ou etnia, sem mencionar qualquer política a ser efetivada pelos seguros privados de saúde.
- B) fica garantido o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, contribuindo-se para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira, cabendo aos governos estaduais e municipais, excetuando-se o federal, a promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito e às atividades culturais, esportivas e de lazer.
- C) fica garantido o acesso à terra e à moradia adequada, sendo que, para fins de política agrícola, os remanescentes das comunidades dos quilombos não receberão dos órgãos competentes tratamento especial diferenciado, assistência técnica e linhas especiais de financiamento público, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura.
- D) fica garantido o direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos, cabendo ao poder público adotar as medidas necessárias para o combate à intolerância com as religiões de matrizes africanas e à discriminação de seus seguidores, prevendo-se a prática de cultos, a celebração de reuniões relacionadas à religiosidade e a fundação e manutenção, por iniciativa privada, de lugares reservados para tais fins.
- E) fica garantida a inserção da população negra no mercado de trabalho, cabendo ao poder público a promoção de ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra por meio de medidas que promovam igualdade de contratações no setor público, não mencionando qualquer ação afirmativa voltada para o setor privado.
- 45.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990) garante ao menor de idade o direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, prevendo alguns dos incisos a seguir:
- I. Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- II. Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.
- III. Atendimento educacional especializado e gratuito aos portadores de deficiência, obrigatoriamente em rede especial de ensino.
- IV. Obrigatoriedade e gratuidade em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.
- V. Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
- VI. Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.
- VII. Atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- Assinale a opção em que constem os incisos corretos que, de acordo com o Estatuto (art. 54), preservem os direitos assegurados pelo Estado à criança e ao adolescente.
- A) I, III, IV, V e VI
- B) I, III, V e VI
- C) I, II, V, VI e VII
- D) I, IV e VII
- E) I, II, III, IV, V, VI e VII
- 46.** A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015) prescreve o dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade em “assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”. Para tanto, prevê a instituição e a oferta de “profissionais de apoio escolar” nas instituições de ensino básico e superior. De acordo com o Art. 3º, inciso XIII, das disposições gerais da legislação, entende-se como “profissional de apoio escolar”:
- “XIII – profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de _____, _____ e _____ do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas”.
- Assinale a opção em que constem as atividades a serem desempenhadas por este cargo, de acordo com o texto da lei.
- A) Alimentação, locomoção e tradutor (LIBRAS).
- B) Alimentação, asseio e ledor.
- C) Higiene, ledor e tradutor (LIBRAS).
- D) Alimentação, higiene e locomoção.
- E) Locomoção, asseio e ledor.
- 47.** O debate sobre a formação ética de crianças e jovens no campo da Educação, mais particularmente no que se refere à formação dada no espaço escolar, é imprescindível no grave momento de crise de valores que vive a sociedade contemporânea. Muito se fala na necessária afirmação da escola como responsável pela formação do caráter de sujeitos críticos, reflexivos, solidários e transformadores da realidade social por meio de uma educação para a cidadania. Nesse sentido, as perspectivas e ações de uma escola pensada para a formação ética e cidadã deve ser fundamentada:

- A) na ideia de que a mente humana, tal qual tábua rasa, deva ser desde muito cedo “moldada”, de modo que o professor, dispondo de métodos de ensino adequados, possa imprimir nos intelectos dos estudantes os conhecimentos e valores desejáveis, como já pensara o filósofo Comênio no século XVII.
- B) no postulado de que a mente dos estudantes, antes destes chegarem à escola, seja impregnada de conhecimentos errôneos, cabendo ao professor apagar ou limpar as concepções prévias e inserir o que é “correto”, isto é, os conteúdos das disciplinas escolares.
- C) em concepções pedagógicas que veem o professor como modelador do intelecto e do caráter do aluno, investindo-se o docente de poder e de saber quase absolutos, enquanto para os estudantes devam ser reservadas posições periféricas, como já propôs o movimento escolanovista.
- D) na centralidade do aluno no processo formativo, o que significa dizer que os interesses e inclinações discentes constituem o foco principal do trabalho pedagógico, como propunha o pensador John Dewey, embora se devam manter os mesmos métodos tradicionais de ensino.
- E) no respeito à diversidade cultural e na tolerância em relação ao outro, como já prescreveram os Parâmetros Curriculares Nacionais, em cujo discurso defende-se a aceitação individual das diferenças culturais, sem deixar de situá-las em seus devidos contextos histórico-sociais e enfatizando-se a dimensão das desigualdades sociais.
- 48.** A mudança de paradigma na sociedade contemporânea advinda da revolução tecnológica interfere diretamente no cotidiano escolar. “O desenvolvimento e os usos das tecnologias digitais provocam transformações nas maneiras de perceber o mundo e intervêm nas formas de socialização e em diferentes setores da vida social, inclusive na Educação”, afirma Becker (2016, p. 150). Nesse sentido, a mídia apresenta-se como componente importante na formação de sujeitos. Por esse motivo, cabe à educação escolar “avançar estimulando a interpretação dos textos midiáticos e a compreensão de que estes não são reflexos da realidade, mas construções que direcionam a criação de vínculos e identidades” (BECKER, 2016, p. 150).
- No que se refere à relação entre educação e mídia, é correto afirmar que:
- A) o desenvolvimento e os usos das tecnologias digitais provocam transformações nas maneiras de ler, escrever e compreender o mundo, sendo a atual diversidade e difusão do saber em distintos suportes e linguagens um dos desafios mais complexos que os processos de comunicação apresentam ao sistema educacional.
- B) a inserção do universo midiático na escola é um componente curricular desejável para a formação dos jovens para os desafios do mundo contemporâneo, o que não significa dizer que a escola deva adaptar-se ou reinventar-se a essas mudanças uma vez que a formação escolástica formal e tradicional deve impor-se como referência de mundo para os estudantes.
- C) a abordagem interdisciplinar dos conteúdos de mídia não é apropriada para a inserção dos estudos de mídia na educação, uma vez que compromete a compreensão e o desenvolvimento dos conceitos e conteúdos curriculares de cada uma das disciplinas, em especial daquelas que não possuem qualquer relação direta com o universo midiático.
- D) a incorporação de novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) em processos de aprendizagem para a construção de saberes, participação e expressão educativas já estão amplamente consolidadas no campo educacional, posto que a formação inicial dos profissionais de educação contempla de maneira consolidada a relação escola x mídia x informatização.
- E) a falta de oferta de recursos materiais no campo das tecnologias da informação e comunicação (TICs) nas escolas, em especial na rede pública de ensino, é o único desafio a ser enfrentado na incorporação da mídia e dos processos midiáticos no ensino regular dos estudantes, uma vez que basta apenas a aplicação de tais recursos na sala de aula para viabilizá-la.
- 49.** No que diz respeito à formação ética/moral há também dois modos de conceber a tolerância em relação ao outro. Pode-se tomar um sentido preventivo: não fazer algo ruim, não molestar, não agredir para não sofrer ações recíprocas. Esse modo corresponde, no plano ético/moral, à aceitação cultural. Outra forma é aquela em que o sentido de interdição é retirado, tornando-a propositiva – fazer ao outro o que desejaríamos que ele nos fizesse, acompanhada por questões como: quais são os interesses do outro? De que maneira o outro pode tomar conhecimento dos nossos interesses? Em relação à segunda concepção de tolerância, podemos afirmar que nela há:
- A) pensamento cartesiano.
- B) proposta unilateral.
- C) discurso antagônico.
- D) proposta de liderança.
- E) perspectiva dialógica.
- 50.** De acordo com o artigo 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. Ainda no artigo 5º §1º, o poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:
- A) I – recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; II – fazer-lhes a chamada pública; III – cumprir as normas gerais da educação nacional.
- B) I – recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; II – fazer-lhes a chamada pública; III – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
- C) I – recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

II – baixar normas sobre cursos de graduação e pós-graduação; III – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

- D) I – coletar, analisar e disseminar informações sobre educação; II – fazer-lhes a chamada pública; III – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
- E) I – recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; II – fazer-lhes a chamada pública; III – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas.

51. “Violência é um ato de brutalidade física e/ou psíquica contra alguém e caracteriza relações interpessoais descritas como de opressão, intimidação, medo e terror. A violência pode se manifestar por signos ou por símbolos, preconceitos, metáforas, desenhos, isto é, por qualquer coisa que possa ser interpretada como aviso de ameaça.”

(Cadernos de educação/FaE/PPGE/UFPel).

Para Bourdieu, a violência se expressa na imposição legítima e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, havendo uma correlação entre desigualdades sociais e escolares. Nesta perspectiva, Bourdieu se refere à violência:

- A) determinante.
B) física.
C) simbólica.
D) psíquica.
E) verbal.

52. De acordo com o artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar, em condições de liberdade e dignidade, o desenvolvimento:

- A) ético, moral, psíquico e físico.
B) físico, moral e social.
C) social, moral e psíquico.
D) mental, moral e espiritual.
E) físico, mental, moral, espiritual e social.

53. A violência relacionada a práticas discriminatórias resultantes de pré-concepções quanto à raça mostra-se evidente na comunidade escolar. Os relatos a seguir foram dados coletados de uma pesquisa realizada em escola pública de Florianópolis.

“A minha filha sofre preconceito na escola, mas é o inverso. A maioria dos alunos são negros e minha filha é branca. Aí por ser branca, ela é completamente discriminada na escola. Já ameaçaram até de cortar o cabelo dela, que tem o cabelo liso, comprido e loiro.” “... o que essa loira aguada tá fazendo aqui?” (grupo focal de pais de escola pública em Florianópolis).

“De fato, existe, por parte de vários alunos, de membros do corpo técnico-pedagógico e de pais, o reconhecimento de que há preconceito racial na escola. Isso frizado principalmente pelos que foram vitimizados, aos quais são dirigidas expressões como *negona*, *molambo*, *fedorenta* e *cabelo de Bombril*.” (ABRAMOVAY, M. ; RUA. M. das G. pág. 46).

Nos relatos apresentados, são evidenciadas formas de discriminação. Os valores invadidos a escola e não sendo discutidos educativamente contribuem para a formação de preconceito. Neste sentido, é correto afirmar que preconceito pode se caracterizar como um:

- A) ato agressivo de forma intencional e excessiva para ameaçar ou cometer algum ato que resulte em acidente.
B) juízo pré-concebido que se manifesta numa atitude discriminatória perante pessoas, crenças, sentimentos e tendências de comportamento.
C) conjunto de regras adquiridas através da cultura, da educação, do cotidiano que orientam o comportamento humano dentro de uma sociedade.
D) juízo concebido que se manifesta em ações solidárias junto ao sentimento das pessoas.
E) juízo pré-concebido cristalizado em fundamentos críticos, isentos de sentimentos e de tendências discriminatórias.

54. O fundamento de toda a linguagem é o *dialogismo*, essa relação com o outro. “A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo” (BAKHTIN, 1961, p.293). “Viver significa ocupar uma posição de valores em cada um dos aspectos da vida”. (BAKHTIN, 1979, p.201). Neste sentido, as relações consigo mesmo e com o outro se apropriam de um princípio dialógico que é fundado pela:

- A) ressignificação.
B) reestruturação.
C) determinação.
D) alteridade.
E) inatividade.

55. A diversidade cultural brasileira tem sido alvo de inúmeros estudos, na última década, no cenário educacional. Cada vez mais conceitos como diversidade, diferença, igualdade e justiça social têm se configurado por parte daqueles que lutam por uma educação verdadeiramente cidadã.

Assinale a opção que **NÃO** aborda a diversidade cultural como eixo norteador da afirmativa.

- A) Multiculturalismo.
B) Interculturalidade.
C) Educação para a negociação cultural.
D) Diversidade pautada numa política crítica e de justiça social.
E) Daltonismo cultural.

56. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva (2008), assegura a oferta de atendimento educacional especializado aos alunos que possuem:

- I. Deficiências.
II. Transtornos globais do desenvolvimento.
III. Superdotação / altas habilidades.
IV. Dificuldade socioeconômica.

Seria correto afirmar que a oferta do referido atendimento deve acolher:

- A) Somente a I
B) Somente a II
C) I, II e III
D) I, II, III e IV.
E) I e II

57. A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, afirma que a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. De acordo com o artigo 42, § 2º, o poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de:

- A) acessibilidade, ambientais e de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional.
- B) segurança em cinemas, casas de espetáculos e ginásios de esportes.
- C) conduta ética, ambientais e de programas de televisão.
- D) segurança no trabalho.
- E) acessibilidade, de programas de televisão e outras atividades culturais.

58. É inegável a diversidade humana. A escola, embora seja um espaço sociocultural em que as diferenças estão presentes, nem sempre considerou sua existência ou atentou para a sua complexidade, em todos os elementos do processo pedagógico.

As informações a seguir evidenciam aspectos importantes a serem analisados no que se refere à inclusão escolar.

IMAGEM I



IMAGEM II

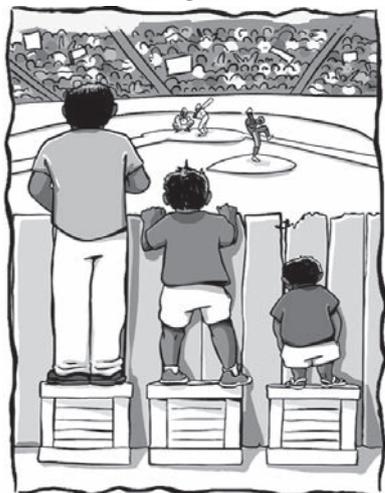


IMAGEM III



Igualdade é dar às pessoas as mesmas oportunidades.
Equidade é adaptar as oportunidades deixando-as justas.

Refletindo sobre as práticas da inclusão, é correto afirmar que:

- A) a imagem 1 mostra que o professor faz uma justa avaliação, pois todos os seus alunos, mesmo com diferenças, realizarão o mesmo exame.
- B) a imagem 3 refere-se ao conceito de equidade.
- C) a imagem 2 retrata posição de equidade, pois foi dada a todos a mesma oportunidade.
- D) a imagem 3 indica que um dos participantes fica prejudicado, uma vez que não recebe o recurso que foi oferecido aos outros participantes.
- E) nas imagens 1 e 2 todos os participantes receberam oportunidades idênticas e, por isso justas.

59. Leia atentamente as tabelas e o texto a seguir para responder à questão.

TEXTO

“Charlot (2002, p. 432-433) assinala que, historicamente, a questão da violência na escola não é tão nova, tendo sido registrada ainda no final do século XIX. As formas que ela assume é que são novas, sendo importante considerar a violência na escola ou que se produz dentro do espaço escolar sem estar ligada à natureza das atividades de ensino, diferente da violência contra a escola, que visa atingir a instituição e aqueles que a representam, e também distinta da violência da escola, institucional, simbólica e que incide sobre os estudantes via imposição curricular, modos de organização das classes, avaliação autoritária e outras formas de controle, discriminação e humilhação. [...] Portanto, a temática da violência na escola constitui um desafio que se impõe e do qual não se pode escapar quando se pretende contribuir para subsidiar a discussão de questões relativas à realidade da Escola Básica com a finalidade de construir alternativas para a melhoria do ensino público e a formação de professores.”

Fonte: MATTOS, C. L. G.; COELHO, M. I. M. Violência na escola: reconstruindo e revisitando trajetórias e imagens de pesquisas produzidas por no Núcleo de Etnografia em Educação entre 1992 e 2007. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (orgs.). Etnografia e educação: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011

TABELA 1 - Proporção de alunos*, por percepção das consequências da violência na escola sobre o seu desempenho escolar, segundo capitais das Unidades da Federação 2000

Capitais	Consequências da violência na escola sobre o desempenho escolar		
	Não consegue se concentrar nos estudos	Fica nervoso, revoltado	Perde a vontade de ir à escola
Distrito Federal	46	32	31
Goiânia	46	34	34
Cuiabá	51	39	34
Manaus	52	33	34
Belém	46	28	28
Fortaleza	49	32	34
Recife	41	29	27
Maceió	46	33	29
Salvador	46	30	31
Vitória	44	34	31
Rio de Janeiro	42	28	27
São Paulo	42	32	33
Florianópolis	38	32	29
Porto Alegre	42	33	32

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001.

Notas: Foi perguntado aos alunos “Como você acha que a violência afeta seus estudos: (Marque todas que forem verdadeiras)”. Os percentuais referem-se apenas às respostas afirmativas.

*Dados expandidos

TABELA 2 - Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por percepção das consequências da violência na escola sobre o seu desempenho profissional, segundo capitais das Unidades da Federação 2000

Capitais	Consequências da violência sobre desempenho profissional				
	Seu estímulo para o trabalho diminui	Sente-se revoltado	Não consegue se concentrar direito nas aulas	Perde a vontade de ir trabalhar	Fica nervoso e irritado na escola
Distrito Federal	49	39	27	23	22
Goiânia	54	35	30	27	26
Cuiabá	40	29	23	23	21
Manaus	44	28	23	18	19
Belém	37	21	23	15	19
Fortaleza	46	24	33	22	18
Recife	58	27	30	30	21
Maceió	35	25	23	15	15
Salvador	54	26	30	31	27
Vitória	47	24	18	21	24
Rio de Janeiro	48	25	17	30	19
São Paulo	57	31	23	25	23
Florianópolis	42	27	19	31	22
Porto Alegre	54	35	24	28	24

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001.

Nota: Foi perguntado ao corpo técnico-pedagógico: “Como você acha que a violência afeta seu trabalho na escola: (Marque todas que forem verdadeiras)”. Os percentuais referem-se apenas às respostas afirmativas.

No texto, as autoras elencam três formas de manifestação de violência na escola na atualidade. Já nas tabelas I e II, apresentam-se dados que de maneira mais detalhada exploram algumas consequências provocadas pela violência no ambiente escolar. Com base nessas informações, só **NÃO** é possível afirmar que:

- a violência na escola ou a que dentro dela se produz provoca, como consequência, atos de violência contra a escola por parte do corpo estudantil.
- a violência na escola ou a que dentro dela se produz é um dos fatores para a evasão escolar de estudantes do Ensino Básico.
- a temática da violência na escola consiste em desafio na formação de novos professores, que não veem na profissão, projeções futuras positivas frente aos dados expostos na tabela II.
- os dados expostos nas tabelas I e II são elucidatórios com relação às consequências provocadas pela violência na escola ou dentro do ambiente escolar, mas não com relação às violências contra a escola ou da escola.
- os dados expostos nas tabelas I e II sugerem que a violência na escola desdobra-se nas formas de violência contra a escola e de violência da escola.

60. Leia atentamente os textos a seguir para responder à questão.

TEXTO I

GRAVIDEZ É RESPONSÁVEL POR 18% DA EVASÃO ESCOLAR ENTRE MENINAS

“Questões familiares, trabalho e gravidez: esses são os três principais elementos que afastam as jovens brasileiras dos estudos, segundo pesquisa sobre evasão escolar feita em parceria com Ministério da Educação, a Organização dos Estados Ibero Americanos (OEI) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências (Flacso).

O estudo perguntou aos jovens de 15 a 29 anos por que pararam de estudar e o que havia motivado tal decisão. Entre as meninas, 18,1% indicaram a gravidez como o principal motivo. Já entre os meninos da mesma faixa etária, somente 1,3% declararam que interromperam os estudos pela mesma razão.

Outras 23,1% das jovens brasileiras afirmaram que saíram da escola “por questões familiares”, enquanto o índice entre os garotos foi de 16,4%. Embora o estudo não explore quais são essas questões, limitando-se apenas a afirmar que se relacionam com o ambiente da casa do estudante, entende-se que as tarefas de cuidado (do domicílio ou de crianças e idosos), geralmente delegadas às mulheres, também possuem um peso importante na evasão escolar das meninas.

A necessidade de trabalhar também tem peso. O estudo mostra que do total de adolescentes que abandonou o ensino formal, 36,1% dos meninos declararam que o motivo foi a necessidade de trabalho. O índice é de 20,9% entre as jovens brasileiras. [...]”

Fonte: Centro de Referências em Educação Integral.

<http://educacaointegral.org.br/reportagens/gravidez-e-responsavel-por-18-da-evasao-escolas-entre-meninas/>

TEXTO II



TEXTO III



TEXTO IV



QUINO. Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Com base nas questões suscitadas pelos textos, é correto afirmar que:

- A) a evasão escolar de mulheres em muitos casos está relacionada à maternidade.
- B) o casamento é a única via segura para a estabilidade na vida das mulheres.
- C) em geral a evasão escolar e da vida universitária está relacionada à falta de força de vontade da mulher em concluir os estudos.
- D) a decisão pela carreira de dona de casa / do lar necessariamente significa a frustração e a mediocridade da vida da mulher.
- E) sendo o número percentual de evasão pelo trabalho de homens maior do que o de mulheres, o estudo aponta que mulheres trabalhadoras em sua maioria concluem os estudos com mais facilidade.



UFRJ
